THE PROPOSAL OF EDUCATION FOR YOUNG PEOPLE AND ADULTS FROM THE NETWORKING AND THE GUIDELINES OF THE SYSTEM OF GUARANTEE OF RIGHTS IN EDUCATIONAL MEASURES IN THE CITY OF SÃO PAULO

A PROPOSTA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS A PARTIR DO TRABALHO EM REDE E AS DIRETRIZES DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS NO CUMPRIMENTO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS NA CIDADE DE SÃO PAULO.

Ediglebson Cruz Silva¹

1. Aluno integrante do Programa de Pós- Graduação Latu Sensu em nível de Especialização em PROEJA. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP); São Paulo; SP

E-mail: edizeppelin@gmail.com.

*Projeto de Pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação Latu Sensu em nível de Especialização em Educação Profissional Integrada à EJA no Instituto Federal de São Paulo (IFSP)

Como citar:

SILVA, Ediglebson Cruz . The proposal of education for young people and adults from the networking and the guidelines of the system of guarantee of rights in educational measures in the city of são paulo. In: INTERNATIONAL SYMPOSIUM ADOLESCENCE(S) & FÓRUM (RE)PENSANDO A EDUCAÇÃO, 3, 2017, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Unifesp, 2017. p. 13-15.
DOI: <http://dx.doi.org/10.22388/2525-5894.2017.007>

Introdução: A EJA é uma modalidade de ensino que considera as especificidades dos alunos envolvidos no processo de retomada aos estudos; que visa estabelecer eixos de aprendizagem para um currículo mais flexível em sala de aula; e de perceber que nesse currículo há possíveis ferramentas na escola em contribuir para a conclusão da conquista do ciclo escolar básico por um público específico. Essa modalidade também tem como perfil o atendimento de jovens egressos das MSEs em meio aberto, tanto por uma obrigatoriedade judicial, como também a necessidade de retomar o processo de escolarização. Dentro desse pensamento, nosso ponto de partida pautou-se em Gadotti e Romão (2007), que consideram que o papel da EJA é proporcionar o atendimento aos alunos no processo escolar, não só pelo fato dele apresentar suas especificidades de ruptura escolar, mas de reconhecer as especificidades que dialogam e consideram como um problema que vai além da sala de aula, e que possam estar ligados aos aspectos relacionados às especificidades dos próprios alunos.

Dessas características da EJA, que podem contribuir para o jovem realizar a obrigatoriedade escolar advindo do processo judicial, como também cumprir o processo escolar básico, a partir da articulação de um trabalho integrado entre instituições, a articulação acaba por caracterizar-se como trabalho em rede.

Através da Resolução 113 de Julho de 2006, o SGD apresenta diretrizes para um trabalho articulado, que busca a integração de diferentes áreas para articular ao sistema que normatiza o trabalho sócio educativo, bem como à promoção dos direitos de jovens e a atenção básica ao desenvolvimento desse público, considerando que o atendimento específico, e que garante aspectos legais preconizados pelo SGD, visa seu aproveitamento quando inserido em MSEs, garantindo maior abrangência e aplicação dos serviços relacionados as próprias diretrizes institucionais a fim de legitimar ações do trabalho em rede junto a ações institucionais.

Objetivo: Verificar como a EJA pode contribuir enquanto ferramenta pedagógica para o cumprimento das MSEs através do trabalho articulado e integrador na dinâmica de articulação a partir do SGD. Destacar aspectos que possam ser condizentes para a efetiva garantia institucional existente. Assim, como a EJA pode ser uma perspectiva para que os sujeitos das MSEs completem o ciclo escolar básico, utilizando mecanismos do próprio trabalho em rede para finalização deste processo.

Método: Como natureza quali-quantitativa, a pesquisa analisa os documentos institucionais que dão as diretrizes ao SGD e diretrizes às MSEs através da Lei 12.594/12, que institui e normatiza os parâmetros no acompanhamento do jovem em MSEs. Dentro disso, analisa os fundamentos pedagógicos apresentados e que são utilizados no processo escolar.

São utilizados como um índice inicial demonstrativo informações do Centro Social Santa Luzia e Associação Mulheres Amigas Jova Rural, ambas instituições que fazem atendimento de jovens em cumprimento de MSEs na cidade de São Paulo.

Os dados da pesquisa foram extraídos de dezembro de 2016 a maio de 2017, compreendendo o período em que jovens ingressam e finalizam as medidas, com duração média de 6 meses, possibilitando a investigação sobre a aplicação das MSEs para jovens atendidos e matriculados na EJA, bem como a quantidade de jovens que iniciam e finalizam esse processo. Inclui números de relatórios mensais em relação ao atendimento e situação de jovens inseridos nas MSEs e que as organizações entregam à secretaria de desenvolvimento e assistência social do município de São Paulo.

Resultados: Considerando como amostra inicial constatamos que de 96 jovens que estavam em cumprimento de medidas no período mencionado, cerca de apenas 48% tinham matrícula regular, desses 36% matriculados na modalidade EJA. Já a quantidade de jovens que não

estavam matriculados e que tinham perfil à EJA seria 63% em relação ao total de 96 jovens atendidos.

Através desses dados iniciais, verificamos que o número de jovens fora da escola com perfil para a modalidade EJA confere uma demanda importante, que legitima o trabalhar de rede e o vínculo integrador, possibilitando a intervenção e articulação de instituições, a fim de integrar e articular saberes e experiências estabelecendo um conjunto de relações interinstitucional. Foi possível verificar que o número de jovens que são potenciais alunos da EJA, em vista de atendidos, dispõe de um esforço por parte das instituições para contribuir na finalização do processo escolar e judicial.

Foi constatado que os desafios existentes no processo escolar do jovem inserido nas MSEs estão atrelados aos diferentes fatores, que vão desde a própria obrigatoriedade escolar, como dificuldade desse jovem enxergar o significado escolar, até mesmo o prolongamento das medidas judiciais por não atender a determinações judicial.

Conclusões: A partir das informações coletadas e daquilo que Masella (2014) destaca sobre a proposta do trabalho em rede, o SGD pode fornecer mecanismos de trabalho articulado para que os próprios serviços garantam atendimento a esse público. Faz-se necessária a busca pelo enfrentamento aos desafios do trabalho articulado, no qual observamos uma potencialidade de emergir propostas de articulação que possa mudar as estratégias para a atenção e atuação dos adolescentes em cumprimento das MSEs.

Frente aos desafios na educação, bem como estancar o enorme problema em atendimento de alunos de MSEs, Di Pierro (2017) aponta especificidades a ser consideradas na abordagem desse público que percorre em reconhecer suas histórias.

Assim, como o trabalho integrado de diferentes instituições que atende o jovem, seria como estratégia de atuação, evidenciar que o adolescente se sinta capaz de atribuir sentido ao processo de escolarização, a fim de reduzir à defasagem de aprendizado e desistência escolar.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Medidas Sócio Educativas. Sistema de Garantia de Direitos.